

**A ATUAÇÃO DA CAMPANHA NACIONAL DE ESCOLAS DA COMUNIDADE-CNEC NA
EDUCAÇÃO BAIANA (1953-1964)**

Ronalda Barreto Silvaⁱ
Daisy da Costa Lima Fonsecaⁱⁱ
Sara Elisabeth Oliveira Santosⁱⁱⁱ
Fábio Klester Rodrigues Oliveira^{iv}
UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA-UNEB

Este trabalho insere-se na discussão sobre as esferas pública e privada na prática das políticas educacionais do Estado, questão historicamente analisada por diversos estudiosos, muitos dos quais têm buscado compreender como a relação entre essas esferas se manifesta ao longo do tempo, em consonância com vários contextos históricos do nosso País.

O trabalho pretende dar continuidade ao referido debate, realizado através do estudo da Campanha Nacional de Escolas da Comunidade-CNEC^v, uma instituição que tem uma presença significativa na educação brasileira, atuando da educação infantil ao ensino superior, em todos os estados da federação, compreendendo 529 municípios, 608 escolas, 12.728 professores, com uma matrícula de 209.145 alunos e que tem como projeção atingir, num prazo de 05 anos - contados a partir do ano 2000 - um contingente de 60.000 alunos no ensino superior, possuindo, neste ano, 24 faculdades com 20 cursos implantados, 12 já aprovados e 36 em tramitação, totalizando 68 cursos^{vi}.

A expansão da Campanha tem como um de seus fatores determinantes o fenômeno do clientelismo, o qual é significativo na atuação do Estado brasileiro. Para tanto, a Instituição contou, ao longo da sua trajetória, com o apoio do poder público nos seus diversos âmbitos, além da presença de conhecidos representantes políticos na sua estrutura de poder, o que nos leva a entendê-la como uma via de privatização da educação, na medida em que o Estado lhe transfere, em alguma medida, a obrigação de expandir a oferta educacional.

Partindo desse entendimento, objetivamos, então, analisar a relação da CNEC com o poder público no estado da Bahia, buscando aprofundar elementos que evidenciam a utilização das escolas cenevistas como uma via de privatização da educação, bem como obter um maior aprofundamento no estudo da sua organização e funcionamento, através das especificidades apresentadas por suas escolas; conhecer as suas fontes de financiamento no âmbito dos municípios a serem pesquisados e as atividades desenvolvidas pelas respectivas escolas e suas finalidades.

A fundação da CNEC, no referido estado, se deu no ano de 1953 e, até o ano de 1987, possuía o maior número de escolas e de matrícula da rede cenevista – 201 do total de 1.187 escolas no país e 77.771 do total de 443.118 alunos - com grande expansão no período da ditadura militar, especialmente naquele conhecido como *linha dura*. As escolas se encontram distribuídas ao longo do território baiano, com uma grande concentração na região onde se localiza o município de Alagoinhas e cidades circunvizinhas.

Tendo a Bahia tão significativa participação na rede de escolas cenevistas e, levando-se em consideração que a CNEC é uma via de privatização adotada pelo Estado brasileiro, entendemos que a sua trajetória no âmbito estadual se constitui em uma rica fonte de dados para a compreensão de como se efetiva a privatização da educação baiana.

Em função do grande número de escolas no estado, delimitamos, a princípio, o universo a ser pesquisado em três escolas localizadas nos municípios de Alagoinhas, Entre Rios e Esplanada, no período de 1959 a 1964, ressaltando-se que neste último a origem da escola provém da existência da experiência da Campanha Nacional de Educação Rural - CNER, uma das históricas campanhas de educação de adultos no País. Trata-se de uma das mais relevantes práticas da metodologia de trabalho com comunidades no Brasil, denominada Desenvolvimento de Comunidade, utilizada para associar os esforços da população aos planos de desenvolvimento econômico e que tem sido utilizada, atualmente, em novas bases, como forma de legitimação das políticas neoliberais.^{vii}

O trabalho tem como finalidade, portanto, reconstruir elementos da história da educação no Estado da Bahia, visando preencher duas lacunas que se verificam na história da educação brasileira: as especificidades regionais relegadas por uma história oficial que retrata as regiões sul e sudeste do País e o pouco conhecimento que a mesma revela acerca de uma instituição que possui uma presença tão significativa na nossa educação e que tem demonstrado uma grande articulação política, como evidencia a participação de governantes na sua estrutura de poder.

A presença da CNEC na Bahia data pelos idos da década de 50, quando ela estava expandindo-se por todo o país. Na presidência da República estava de volta Getúlio Vargas, que desenvolvia uma política desenvolvimentista, privilegiando os setores produtivos estratégicos necessários ao incremento da industrialização do país em detrimento da prestação de serviços sociais à população. Tais serviços, a serem prestados pela iniciativa privada, de um modo geral, eram estimulados pelo Estado.

A política de Vargas em relação à educação secundária ressaltava o empenho em orientar e fiscalizar os estabelecimentos de ensino particulares, estimulando a expansão de escolas neste setor. Durante o governo Vargas (1951-1954) foram criadas cinquenta e três escolas da Campanha, com uma taxa de crescimento na ordem de 151,42% e um aumento de alunos na ordem de 157,42%, ou seja, 4.238 alunos (Silva, 1995).

A primeira escola da CNEC na Bahia é inaugurada em 1953 na cidade de Itabuna, região cacauzeira, pelo então juiz de direito Claudionor Ramos. Segundo Gomes (1980), o programa da então CNEG - Campanha Nacional de Educandários Gratuitos^{viii} para a Bahia, naquele ano, era instalar 15 educandários. A idéia do empreendimento foi acolhida pelo juiz Claudionor Ramos, pois este, de acordo com Gomes (1980), *preocupava-se com os problemas educacionais da sua região e, inclusive, já havia estado na então Capital Federal em busca de recursos para instalar um ginásio*. Portanto, para Felipe Tiago Gomes, a Campanha tinha encontrado a *pessoa certa*, que terminou ingressando imediatamente e permanecendo durante anos na administração da seção estadual da CNEC na Bahia^{ix}.

De um modo geral, a idéia da CNEG criar escolas supostamente *gratuitas* era bem aceita pela comunidade local, tanto pelos populares como pelas autoridades públicas. Isso porque, para os primeiros, um ginásio nesses moldes, além de suprir a carência da região, significava a garantia de que seus filhos, terminado o ensino primário, poderiam dar continuidade aos seus estudos e, segundo o discurso cenegista, *de uma maneira não onerosa para eles, garantindo um futuro melhor na vida*, já que à época era bastante difundida a compreensão da educação como forma de ascensão social. Para as autoridades públicas, os ginásios da Campanha representavam uma opção de escola ginásial e secundária menos custosa para os cofres públicos, em virtude de que a própria comunidade contribuía para a manutenção da escola através de doativos e das mensalidades escolares. Portanto, os custos eram repartidos entre a comunidade local, o governo federal, estadual e municipal.

O período em estudo está compreendido na segunda fase da trajetória da Campanha no País, a qual está delimitada entre os anos de 1946 a 1969 e se caracteriza pela franca aproximação com o poder público e por sua expansão em outros estados da federação. A CNEG passa a obter do Estado apoio financeiro e participação nas suas atividades. A partir de então, durante o Governo Dutra, a Campanha ultrapassa o espírito de improvisação: a sobrevivência através de recursos advindos de doações é substituída por apoio financeiro, cada vez maior, do Estado.

No V Congresso Nacional da Campanha, no mesmo ano em que a mesma era instalada na Bahia, houve um debate com relação às suas fontes de financiamento, afirmando-se que era escassa a contribuição de particulares, devendo as diretorias municipais organizarem recursos, a fim de não dependerem exclusivamente de verbas públicas, como em algumas localidades. Entretanto, no governo de Juscelino Kubitschek, a participação do Estado aumentou bastante, havendo grande expansão da Instituição. Diante da política de incentivo à iniciativa privada, também na educação, é perfeitamente compreensível que a maior extensão da Campanha se dê neste Governo, com uma taxa de

crescimento de matrícula na ordem de 232% e de escolas na ordem de 249%, ou seja, o número de alunos sobe de 9.433, em 1956, para 31.371, em 1960, e o número de escolas, de 107 para 373, no mesmo período.

Felipe Tiago Gomes, Superintendente Nacional da CNEG, ressalta o apoio do Governo Kubitschek, cujo Ministro da Educação, Clóvis Salgado, *sentia a necessidade de difundir a CNEG*. Admite que a Campanha ganhou espaço nesse Governo *porque D. Sarah Kubitschek era presidente da entidade* e que, então, *os recursos eram abundantes*.^x A Sra. Sarah Kubitschek, esposa do Presidente da República, foi presidente da Campanha nos anos de 1956 e 1957, quando se intensificou, a partir daí, o programa de construção e ampliação da rede escolar.

É importante ressaltar que a expansão da Entidade se deu, a partir de então, não só por estímulos dos governantes, mas, também, por **solicitação** desses. Registra-se, nesse período, a solicitação de escolas por 250 prefeituras municipais, tendo sido atendidos 23 municípios.^{xi}

Um outro aspecto importante nesse ano é relativo à justificativa para as finalidades da Campanha com a assunção do tema da comunidade. A conjugação de esforços do Poder Público e das *comunidades* para resolução dos problemas dessas, *a fim de que tivessem acesso aos serviços essenciais e se modernizassem*, faz parte do discurso propagado na política do Pós-Guerra, deflagrada em toda a América Latina, preocupada com a disseminação de ideologias contrárias ao regime aí vigente. Esta política elabora um discurso e programas voltados para a *melhoria de vida das populações*, a fim de arrefecer os conflitos sociais. O discurso desenvolvimentista, da necessidade de participação da população para *melhoria do seu nível de vida*, começa a ser assumido pela Campanha, e a preocupação com a formação de mão-de-obra começa a se manifestar, oferecendo-se cursos técnicos.

A Campanha foi desenvolvendo as suas atividades na perspectiva do discurso veiculado pelo Estado. A articulação das finalidades e ações da CNEG à política desenvolvimentista pode ser considerada como um fator para a sua expansão, tendo o financiamento do Estado para tal. O tema da comunidade passa a ser, mais explicitamente, o fundamento da sua atuação.

Desde o ano de 1961 verifica-se uma queda progressiva na taxa de crescimento do número de escolas e de matrícula. Entre os fatores intervenientes nesse fenômeno, podem ser apontados a preocupação com a ampliação do seu patrimônio, construindo-se prédios próprios para as escolas já existentes e, também, expansão progressiva das suas atividades para outros setores de serviços e ramos do ensino. Mesmo tendo ocorrido transformações no plano político do país, a Campanha continuou com o apoio de autoridades.^{xii}

Tais autoridades, das três esferas estatais, facilitavam o acesso da Instituição aos recursos públicos. No período em análise, podemos perceber que a manutenção da instituição se dá, sobretudo, com recursos da União, com uma média de 56% do montante da receita, seguido de recursos da comunidade, com uma média de 25% nesses três anos (1962-1964) e dos municípios, perfazendo uma média de 18% da receita. A participação do poder público estadual só se verifica a partir de 1964.

Em relação às contribuições dos municípios, essas se faziam através de destinação de verbas para a Campanha e da doação de terrenos, equipamentos, material de construção para obras, ou fornecendo recursos humanos.

Os documentos demonstram que no estado da Bahia o governo estadual contribuía destinando verbas do orçamento do estado, fornecendo bolsas de estudo, comprando vagas e contratando professores para prestarem serviços em escolas cenevistas, inclusive professores da rede de ensino do estado que ficavam à disposição da Campanha e, ainda assim, os alunos continuavam pagando mensalidades.

Uma outra fonte de recursos encontrada foi na forma de convênios com empresas privadas e estatais como a PETROBRÁS, a qual comprava vagas para os dependentes dos seus funcionários nas cidades onde a empresa atuava na Bahia e que tinham unidades educacionais da CNEG,^{xiii} na maioria dos casos, as únicas com ensino secundário. Nos municípios de Candeias e Catu foram compradas, à época, um total de 400 vagas. Para a criação de cada educandário

exigia-se, no ano de 1961, um número de 100 sócios, com arrecadação total de CR\$ 5.000,00 (Cinco mil cruzeiros) e a prova de cessão ou aquisição prévia de área de terreno destinada à construção do prédio próprio de cada estabelecimento.

A vinda da Campanha para a cidade de Alagoinhas foi resultado de uma mobilização realizada na década de 60, intermediada por um pequeno grupo de pessoas da sociedade local e pelo Sr. Murilo Couto Cavalcanti, então Deputado Estadual. A Campanha, promovida buscando a vinda da então CNEG à cidade, surgiu em virtude da carência de escolas públicas, fator este que não permitia o atendimento à necessidade de escolarização, surgida a partir da demanda de profissionais qualificados para atender às perspectivas criadas em torno da rede ferroviária federal na região. Destacava-se, antes do surgimento da Campanha, apenas duas escolas particulares: o Ginásio de Alagoinhas e o Colégio Santíssimo Sacramento.

O depoimento do fundador da Campanha em Alagoinhas revela-se um grande exemplo de privatização dos recursos públicos, utilizados de acordo com interesses particulares, a despeito de qualquer critério universal:

*Fiz um movimento na cidade, a cidade aderiu a meu movimento. Na ocasião, nós fizemos uma reunião muito grande no Cine Azi. Na época foi eleita a primeira Diretoria da CNEC e aqui ela se instalou e iniciou a vida no município. **Também devo frisar que me recorde que, como Deputado Estadual durante 16 anos, anualmente eu colocava no orçamento do Estado uma verba para a CNEC (...) não era apenas colocar, era colocar e lutar para ser recebida,(...) através de emendas eu colocava as verbas no orçamento para a CNEC de Alagoinhas, como fazia anualmente para o Hospital Aristides Maltez e outras instituições. O Deputado Estadual na minha época dispunha de um valor em dinheiro, não dinheiro dele em mão, mas no orçamento para fazer emendas preferenciais (...) Eu distribuía sempre à CNEC.***

No caso do Setor Local da CNEG em Entre Rios, as regras e normas da Campanha foram seguidas à risca de acordo com seus documentos e atas de instalação. O setor local de Entre Rios foi fundado e instalado em 23 de novembro de 1963^{xiv}, após uma reunião na sala de sessões da Câmara de Vereadores no edifício da Prefeitura Municipal, com a presença de várias autoridades públicas locais.

O principal *idealizador entusiasta* e quem se empenhou para que fosse instalado um ginásio da CNEG em Entre Rios, foi o então prefeito do município,^{xv} o qual, inclusive, tornou-se o primeiro presidente do Setor Local o que, somado à participação de demais autoridades públicas do município em cargos da Diretoria Local e do Conselho Fiscal então formados, evidencia a ligação daquela escola desde o seu nascedouro com o poder público municipal^{xvi}, o que, certamente, se constitui o cumprimento de um dos pré-requisitos para a instalação de uma escola da CNEG, ou seja, a aproximação com os poderes públicos locais, a fim de captar recursos para criar e manter a escola (Holanda:1995).

De fato, como podemos perceber, a CNEG se beneficiava da carência de escolas públicas nas cidades do interior da Bahia, e da falta de um comprometimento efetivo por parte do Estado Brasileiro na promoção de políticas educacionais que visassem atender tais municípios com um ensino público, gratuito e de qualidade. Parecia ser mais conveniente, como fica perceptível, apoiar, com verbas públicas, iniciativas privadas como a da CNEG do que criar suas próprias escolas. É importante destacar que a iniciativa de instalação da CNEG, nesses municípios, foi oriunda de representantes do poder público e não da sociedade civil. No caso do município de Entre Rios, mais grave: o próprio prefeito toma a iniciativa e, ainda, dirige a instituição. É emblemático o relato que se segue:

Pelo Presidente Sr. Ademar Paolilo foi aberta a sessão; tendo o mesmo usado da palavra, explicando a finalidade da presente reunião que é tratar com os pais dos alunos sobre suas contribuições de sócios do Ginásio. Ficou assentado que, em vista de a 2ª série não constar do programa da CNEG, os pais dos alunos da mesma pagarão quantia superior a Cr\$1.000,00, estabelecida como mensalidade da 1ª série.^{xvii}

Entre as formas de contribuição do município está o auxílio para aquisição de prédios escolares. Em Alagoinhas, por exemplo, a Lei Municipal nº 291 de 6/12/61 autorizou o poder Executivo a doar à Campanha Nacional de Educandários Gratuitos uma faixa de terra com dois mil oitocentos e oitenta e nove metros quadrados (2.889 m²) para construção do prédio escolar.

O primeiro prédio onde funcionou efetivamente a escola em Entre Rios foi um prédio cedido pela escola primária estadual Duque de Caxias, em 1964, ano seguinte à instalação do setor local.^{xviii} Mais tarde, em 1971, a Prefeitura, durante a gestão do então prefeito José Paolilo, construiu um prédio escolar para a CNEG. A escola funcionou neste prédio doado pela prefeitura até os seus últimos dias, em 2001^{xix}. Hoje, em todo o estado, a CNEC tem interrompido as suas atividades e vendido seu patrimônio para o poder público municipal, a exemplo do município de Entre Rios.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

GOMES, Felipe Tiago. História da Campanha Nacional de Escolas da Comunidade. 5º ed. Brasília: CNEC, 1980.

HOLANDA, Ivanildo Coelho de. *CNEC – um estudo histórico*. João Pessoa: Editora Universitária, UfPb, 1981.

_____. *CNEC – A força de um Ideal*. Brasília: CNEC, 1986.

HENRIQUES, Maria de Lourdes. *CNEC/Picuí-Pb, 25 anos*. Brasília, 1986.

ROGÉRIO, Luiz. *O que tem de ser traz força*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1992.

SILVA, RONALDA BARRETO. *A Campanha Nacional de Escolas da Comunidade – CNEC e a Política Educacional do Estado Brasileiro (1943–1985)*. São Carlos: UFSCAR, 1985. (Dissertação de Mestrado)

NOTAS

ⁱ Professora Adjunta da Universidade do Estado da Bahia-UNEB, doutora em educação pela UNICAMP.

ⁱⁱ Professora Assistente da Universidade do Estado da Bahia-UNEB, mestra em educação pela UFBA.

ⁱⁱⁱ Bolsista de Iniciação Científica pelo PICIN/UNEB.

^{iv} Bolsista de Iniciação Científica pelo PICIN/UNEB.

^v Para maiores dados sobre a CNEC, ver SILVA, Ronalda Barreto. A Campanha Nacional de Escolas da Comunidade e a Política Educacional do Estado Brasileiro (1943-1985). São Carlos: UFSCAR, 1995. (Dissertação de Mestrado).

^{vi} Dados do ano de 2000, obtido em entrevista com Ladislau de Sena Júnior, funcionário da administração estadual da CNEC na Bahia.

^{vii} Os dados aqui apresentados referem-se a dois dos municípios em estudo, sendo que a pesquisa, em andamento, está sendo realizada em quatro municípios, tendo-se ampliado, também (em dois municípios) o período da análise.

^{viii} A instituição teve várias denominações: Campanha do Ginásio Pobre - CGP (1943-1945); Campanha de Ginásios Populares (1945); Campanha Nacional de Educandários Gratuitos (1946-1969); Campanha Nacional de Escolas da Comunidade - CNEC (a partir de 1970).

^{ix} O Dr. Luiz Rogério de Souza foi Presidente da Seção Estadual da CNEC na Bahia de 1959 a 1979 e o Dr. Claudionor Ramos foi o Vice- Presidente, também de 1959 a 1979. Ambos permaneceram nesses cargos por 20 anos consecutivos. O Dr. Claudionor Ramos ainda acumulou o cargo de Suplente do Conselho Fiscal da CNEC na Bahia no período de 1968 a 1970. Cf. CNEC - Relatório de Vinte e Cinco Anos de Escolas de Comunidade na Bahia (1953-1978) – Estatísticas e Informações. Seção Estadual da Bahia. CNEC, 1978.p.75.

¹⁰ Entrevista realizada na sede da CNEC, Brasília, dez/1990.

¹¹ Relatório de Atividades da CNEG, 1956-1957.

¹² Relatório de Atividades da CNEG, 1965-1967.

^{xiii} Segundo o Boletim Informativo da CNEC de novembro de 1967, a então CNEG – Seção Estadual da Bahia, assinou convênio com a PETROBRÁS para a manutenção de um Ginásio em Candeias. A PETROBRÁS deu NCr\$ 9.000.00 para equipamento; um prédio já construído e comprometeu-se a pagar a CNEG semestralmente a partir de 1º de janeiro de 1968, 50 salários regionais obrigando-se a CNEG a conceder 100 matrículas à PETROBRÁS.

^{xiv} Cf. Ata da Reunião de Fundação e Instalação do Setor Local da CNEG de Entre Rios de 23 de novembro de 1963.

^{xv} Cf. Ata de instalação do ano letivo do Ginásio Profª Isabel Chaves Almeida de 6 março de 1964. Na ata consta também a presença neste dia do jornalista Fernando Presídio representando o então Governador da Bahia, Lomanto Junior (1963-1967) e a Assembléia Legislativa da Bahia.

^{xvi} O tesoureiro da prefeitura, por exemplo, Sr. Manoel Reis, era ao mesmo tempo também, tesoureiro da CNEG em Entre Rios.

^{xvii} Cf. Ata do Conselho Local da CNEG de Entre Rios, em 15 de março de 1964.

^{xviii} De acordo com entrevista realizada com a última diretora do ginásio Profª Isabel Chaves Almeida de Entre Rios, Professora Maria da Glória, em 22/01/2002.

^{xix} Infelizmente, os documentos que existiam na Câmara Municipal e que poderiam comprovar as doações da prefeitura de Entre Rios à então CNEG, no período, foram destruídos por uma funcionária da prefeitura, a qual alegou que os documentos estavam estragados devido à má conservação e que por isso pôs fogo neles. Em relação aos documentos que tratam da história do município, um suposto historiador, que segundo testemunhas fora contratado para escrever sobre a história do município, sumiu com todos os documentos referentes.